

Hiperfederalismo

Também conhecido como federalismo máximo, é um sistema de governo federativo onde cada unidade territorial como estados, condados, municípios ou cantões, tenham total e absoluta autonomia legislativa, administrativa até o ponto de permitir auto-determinação de fato (secessão legislativa), sendo facultada a secessão individual da federação. Tal composição permite que pequenos territórios como municípios, bairros ou vilas revoguem ou modifiquem leis do condado, do estado ou leis federais.

No Brasil essa idéia é representada pela proposta de Cantões Brasileiros (www.cantoes-brasileiros.com.br), e no mundo é implementada em níveis variados na Suíça, em Liechtenstein, e em níveis mais complexos de autonomia na região independente de Friuli Venezia Giulia (FVG) na Itália, e em centenas de ilhas do Caribe americano, Caribe britânico e Caribe insular.

Agorismo e contra-economia

Agorismo, é uma filosofia social libetária que promove de forma incorporada o conceito de contra-economia, definido como "o estudo e/ou prática de toda ação humana pacífica que é proibida pelo Estado" — uma forma de anarquia de mercado.

Absorve todos os valores libertários e voluntaristas e se apresenta como uma alternativa "para hoje" ao anarco-capitalismo e ao minarquismo libertário, promovendo ações humanas que ignoram e evitam o Estado, ou evasivas ao Estado, incluindo sonegação, evasão e elisão fiscal, negociações diretas com produtores, fornecedores e prestadores de serviço, uso de moeda não estatal, desprezo à regulações estatais, que, enfim, estimulem sempre os engajamentos econômicos voluntários diretos e distribuídos independente de regras e controles centralizados.

Evitar totalmente ou diminuir a influência e poder do Estado, elevando a liberdade e autonomia nas relações econômicas individualizadas e diretas, pela via do agorismo, é um princípio valorado também por anarquistas cibernéticos como cypherpunks.

A adoção de criptomoedas em substituição à moeda fiduciária estatal e de curso forçado promovida por cypherpunks é considerada uma estratégia agorista para acabar pacificamente com o Estado, por inanição (falência do Estado), e é uma estratégia adotada por todas as outras correntes do pensamento de Liberdade.

Utilitarismo Misesiano

O utilitarismo misesiano ressignifica a própria noção de utilidade, e a aplica dentro de uma abordagem de utilidade ordinal (Menger/Mises), propondo que a melhor ação prática a ser escolhida pelo homem, devem ser as ações cujos meios econômicos mais úteis sejam aquelas que alcançarão sempre o fim econômico último mais útil. Trata-se de uma engenhosa e rigorosa análise crítica da ação humana aplicada ao melhor fim econômico.

A estrutura é fortemente compatível com o conceito de virtude da razão econômica, de Ayn Rand. Trata-se da decisão de ação em favor de um meio econômico considerando a maior e melhor utilidade para toda a economia desse fim, não apenas o meio econômico mais útil para o indivíduo. Isso pois, para Rand, entre homens racionais nunca há conflito de interesse, e a ação econômica útil é aquele que beneficie o homem e todos outros homens envolvidos na relação econômica.

Em Mises os meios econômicos mais úteis são os que permitem os fins econômicos últimos mais úteis, de modo que a escolha pelo melhor meio econômico sem considerar o melhor fim econômico último não é a melhor ação econômica.

Libertários, voluntaristas, agoristas e objetivistas propõe um arranjo de sociedade que prefere as ações econômicas de fim último mais úteis, quer sejam sociedades anarco-capitalistas, quer sejam minarquistas ou hiperfederalistas.

Para saber mais, leia: A Ética da Liberdade - 2ª ed. (2010), de Murray N. Rothbard, A Anatomia do Estado - 2ª ed. (2018), de Murray N. Rothbard, A Lei - 2ª ed. (2019), de Frédéric Bastiat, A Virtude do Egoísmo (2013), de Ayn Rand, A Escola Austríaca (2017) por Jesus Huerta de Soto, As Seis Lições (2018) de Ludwig von Mises, O Estado no Terceiro Milênio (2009) do Príncipe Hans-Adam II, Democracia - o Deus que Falhou (2014) de Hans-Hermann Hoppe.

LIBERTARIANISMO

A moralidade básica que aprendemos quando crianças: não bata primeiro, não mate, não roube, não engane e cumpra suas promessas.



Os valores éticos do libertarianismo, simples e todos presentes: não agrida primeiro (princípio da não iniciação da agressão), não roube, não mate (respeito a lei de propriedade), não engane (não fraude), cumpra suas promessas (respeito a contratos privados acordados).

Uma ética pacífica, fundada no livre engajamento social e econômico, voluntário e consentido.

"Ideias e somente ideias podem iluminar a escuridão." -- Von Mises

É possível que você tenha recentemente ouvido falar sobre libetarianismo, anarco-capitalismo, PNA ou apenas a proposição que "Imposto é Roubo!".

Tais ideias advêm de uma escola de pensamento de mais de três séculos, que tem a Liberdade como principal corolário de valor moral (e ético) compreendido como a forma correta para uma sociedade se estruturar e se engajar econômica e socialmente: o valor à Pessoa (vida e Liberdade), seus bens (Propriedade), seu trabalho e seu engajamento voluntário econômico e social.

O Libertarianismo

Libertarianismo é uma filosofia social, econômica e jurídica absolutamente pacífica, quase pacifista, cujos valores principais decorrem de uma ética criada no entorno do Principio da Não Agressão, que defende:

- 1 A não iniciação da agressão contra a Pessoa, sua vida e sua liberdade (auto-propriedade);
- 2 A não iniciação da agressão contra bens escassos originalmente apropriados pelas pessoas (homesteading);
- 3 A não iniciação da agressão contra a propriedade sobre os bens escassos produzidos pela pessoa - os frutos de seu trabalho (production);
- 4 A não iniciação da agressão contra as livres trocas e engajamentos voluntários e consentidos entre pessoas (exchange).

A partir disso, que qualquer outra norma seja explicitamente aceita pela via de contratos privados, explícitos, não coercitivos, como um corolário direto de (4) e de (1).

Desse compêndio, conclui-se que a ética de propriedade privada é o princípio primeiro, a regra para a vida em uma sociedade libertária onde todos os outros valores morais são corolário desta, quer seja corolário direto da Liberdade quer seja da não agressão à ética primeira.

Libertários não querem forçar ninguém a nada. Querem apenas serem deixados em paz - *laissez vous faire* - vivendo suas próprias vidas no entorno de normas éticas as quais aceitam voluntariamente. E em troca do que querem, libertários oferecem a mesma coisa: não coagir nem forçar ninguém a nada e deixar a todos em paz.

A natureza pacífica da filosofia libertária admite uso de força apenas para fins de defesa, restituição e punição, proporcionais à força usada inicialmente pelo agressor original. A não iniciação de agressão contra não agressores é o dístico da condição originalmente pacífica de todo libertário.

Libertários admitem sistemas políticos sem estado (anarquismo) ou com um estado mínimo (minarquismo) dependendo da vertente filosófica.

Anarco-capitalismo

Anarco-capitalismo (ou apenas ANCAP) é uma filosofia política capitalista que promove o livre mercado, a ética de propriedade privada, e todos os valores da filosofia libertária em uma estrutura político-social livre de estado.

A anarquia, compreendida como eliminação do Estado, dá lugar em uma sociedade ANCAP ao livre mercado, livre comércio, livre engajamento econômico e livre oferta de serviços privados de proteção, de segurança e de direito, incluindo leis e tribunais privados, bem como agências de serviços de securitização, economicamente estabelecidos por contratos privados voluntários e consentidos.

Longe da definição popular de anarquia, tal sociedade não se apresenta como uma sociedade sem regras ou sem leis - essa definição se aplica à anomia - mas sim como uma sociedade livre de autoridade central. Livre de um Estado de Governos, mas de fato com maior rigor na condução, tratamento e aplicação de regras e contratos acordados, sempre respeitando os princípios libertários, e com um rigor adicional nas regras contra fraudes que impliquem prejuízos à propriedade privada.

Minarquismo

Minarquismo, aqui minarquismo libertário, é a teoria política que prega que a função do Estado é limitada a promoção da segurança, da defesa e da justiça. É a posição original de pensadores do libertarianismo e liberalismo econômico, com Mises e Hayek, e rejeitada pelos libertários anarco-capitalistas a partir de expansão da filosofia libertária para as estruturas sociais, legislativas e éticas, notadamente rejeitada a partir de elaborações dos autores Rothbard e Hans Hoppe, em favor do anarco-capitalismo.

Voluntarismo

O voluntarismo é a filosofia ética, jurídica e econômica que só reconhece, como corretas e válidas, as relações sociais e econômicas voluntárias. Entendendo-se por "relações voluntárias" ou "contratos voluntários" os contratos e relações livremente aceitos, ou livres de coerção, sejam elas de qual espécie forem, não tendo validade, porém, em hipótese alguma, as relações voluntárias contrárias aos princípios libertários, quais sejam as que que visem retirar do indivíduo seus direitos naturais - sua auto-determinação, sua liberdade e a propriedade de cada um sobre sua pessoa, seus bens e seu trabalho.

Objetivismo

É a filosofia criada pela autora e filósofa Ayn Rand como uma filosofia de virtudes que engloba uma metafísica própria (a metafísica da realidade objetiva), uma epistemologia (epistemologia da razão) e uma ética que defende como valor primeiro a existência do homem racional (sua vida, liberdade e sua razão), o trabalho produtivo, a honestidade e a não iniciação da agressão contra não agressores.

Enquanto a política e direitos individuais, o objetivismo é absolutamente compatível com libertarianismo, de modo que a liberdade, num sistema político onde os homens se tratam como negociantes livres, em trocas voluntárias, com mútuo benefício e nunca como vítimas e executores, senhores e escravos. A filosofia de Ayn Rand co-existiu, influenciou e foi influenciada pelos pensamentos de Rothbard e Mises com quem trocava cartas, pensamentos, elogios e críticas.

A economia de livre mercado (*laissez-faire*) e o capitalismo objetivista são absolutamente compatíveis com a filosofia libertária.

Quanto ao sistema político, o objetivismo propõe o chamado minarquismo objetivista onde um estado mínimo é admitido, com a exclusiva função de oferecer defesa, proteção e justiça, mas sem aceitar a cobrança coercitiva de impostos e taxas. Tanto as atividades quanto o custeamento devem ser voluntários ou cobrados em taxas administrativas frente ao uso efetivo dos serviços.

O minarquismo objetivista prevê o estado gestor, com a exclusiva função de selecionar agências privadas responsáveis pelo cumprimento dos contratos de proteção, defesa e tribunais de justiça, sem se dispor a prover tais serviços, tendo função apenas de fiscalização, administração e auditoria de tais agências.

Assim como não é possível haver racionalidade em excesso, também não é possível que seus resultados sejam excessivos, incluindo a produtividade. Assim como não há limites para a necessidade humana ao conhecimento e pensamento, também não há limites para a necessidade de riqueza do homem, e assim, para seu trabalho produtivo e criativo. Não existe vida humana que seja "segura o suficiente", "longa o suficiente", "com conhecimento o suficiente", "próspera o suficiente" ou "prazerosa o suficiente" — não se a vida do homem é o critério de valor.

Esse último parágrafo, uma síntese da filosofia objetivista como explicado por Leonard Peikoff, considerado sucessor intelectual da Ayn Rand, é considerado pela sociedade americana de letras, romance e filosofia como "um poema à grandeza do homem".